



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2019

ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA ILHA DE SÃO MIGUEL

abril 2020





Índice

Relatório de Gestão Consolidado	1
Balanço Consolidado	4
Demonstração Consolidada dos Resultados	5
Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado	6
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	7
Certificação Legal das Contas Consolidadas	8



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O presente relatório dá cumprimento ao disposto no art.º 75º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes da Portaria nº 474/2010, de 1 de julho a qual aprovou Orientação nº 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, e tendo por base as Instruções do SATAPOCAL.

Apresenta-se as Contas Consolidadas da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel com o objetivo de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo público.

As contas individuais da entidade controlada (MUSAMI), apresentadas em SNC, foram convertidas, para efeitos de consolidação, de acordo com o POCAL, à exceção da Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado, em que foi utilizado o modelo sugerido pelo SATAPOCAL e que apresenta uma configuração semelhante à prevista no SNC.

O método de consolidação utilizado foi o método de consolidação integral.

Perímetro de Consolidação

O grupo público é composto pela Associação de Municípios (AMISM - entidade consolidante / entidade-mãe) e pela Empresa Intermunicipal (MUSAMI – entidade controlada).

Análise às Contas Consolidadas

O Balanço consolidado evidencia um total de Ativo de 19.785.921,71 euros. O total dos Fundos Próprios é de 9.986.031,11 euros, incluindo um Resultado Líquido Consolidado de 253.581,41 euros e um Passivo de 9.799.890,60 euros.

Os Resultados Consolidados apurados em 2019 são:

Resultados Operacionais Consolidados: 345.550,49 euros;

Resultados Financeiros Consolidados: -11.873,06 euros;

Resultados Correntes Consolidados: 333.677,43 euros;

Resultado Líquido Consolidado: 253.581,41 euros.

O caixa e seus equivalentes consolidados em 31/12/2019 são de 5.325.541,17 euros.



Relatório e Contas Consolidadas da AMISM 2019

Nos termos da Portaria 474/2010, de 1 de julho, apresentamos em anexo, para apreciação da Assembleia Intermunicipal, as contas consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2019 que são constituídas pelos seguintes elementos:

- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Acontecimentos Subsequentes:

Tal como referido na nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas consideramos que existirão impactos na atividade do Grupo no exercício 2020 decorrentes da pandemia COVID-19. Contudo, na presente data, não nos é possível estimar quais serão esses reflexos nem como teremos de responder aos mesmos. Estamos convictos que estes reflexos negativos não colocam em causa a continuidade das operações do Grupo.

Ribeira Grande, 23 de abril de 2020

O Conselho de Administração

BALANÇO CONSOLIDADO DA AMISM EM 31/12/2019

ANO 2019

(em €)

Código das Contas POCAL	ACTIVO	Exercício			
		2019			2018
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
45	Bens de domínio público	17.039,12	0,00	17.039,12	17.039,12
		17.039,12	0,00	17.039,12	17.039,12
43	Imobilizações incorpóreas	1.193.516,73	1.081.887,29	111.629,44	74.383,68
		1.193.516,73	1.081.887,29	111.629,44	74.383,68
42	Imobilizações Corpóreas	17.638.225,91	4.800.611,80	12.837.614,11	13.150.378,46
		17.638.225,91	4.800.611,80	12.837.614,11	13.150.378,46
41	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	9.734,54	0,00	9.734,54	5.849,44
		9.734,54	0,00	9.734,54	5.849,44
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
21	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	801.923,84	40.014,94	761.908,90	701.005,37
24	Estado e outros entes públicos	153.987,38		153.987,38	61.464,56
268	Outros devedores	126.751,95		126.751,95	126.251,17
		1.082.663,17	40.014,94	1.042.648,23	888.721,10
	Titulos negociáveis				
151	Acções	0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	5.325.541,17		5.325.541,17	1.136.329,80
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		5.325.541,17		5.325.541,17	1.136.329,80
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	421.623,61		421.623,61	412.474,48
272	Custos diferidos	20.091,49		20.091,49	20.411,61
		441.715,10		441.715,10	432.886,09
	Total das Amortizações		5.882.499,09		
	Total das Provisões		40.014,94		
	Total do Activo	25.708.435,74	5.922.514,03	19.785.921,71	15.705.587,69

(em €)

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2019	2018
	Fundos próprios		
51	Património	3.280.333,17	3.280.333,17
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
57	Reservas	4.549.454,78	4.499.682,12
59	Resultados transitados	1.902.661,75	1.494.372,40
88	Resultado líquido do exercício	253.581,41	445.562,01
		9.986.031,11	9.719.949,70
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	2.386.284,49	2.236.284,49
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	0,00	1.388.023,33
		0,00	1.388.023,33
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	646.120,03	296.189,37
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	2.602,69	40.125,42
24	Estado e outros entes públicos	35.591,94	30.873,54
268	Outros credores	4.925.836,58	215.448,15
		5.610.151,24	582.636,48
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	308.286,95	253.545,61
274	Proveitos diferidos	1.495.167,92	1.525.148,08
		1.803.454,87	1.778.693,69
	Total dos Fundos Próprios e Passivo	19.785.921,71	15.705.587,69

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DA AMISM A 31/12/2019

ANO 2019

(em €)

Código das Contas POCAL		Exercício			
		2019		2018	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Fornecimentos e Serviços Externos	2.938.955,64		2.479.291,90	
64	Custos com o Pessoal	1.452.901,24	4.391.856,88	1.042.471,16	3.521.763,06
63	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações do Exercício	708.001,13		763.388,44	
67	Provisões do Exercício	152.523,61	860.524,74	407.060,49	1.170.448,93
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	100.840,39	100.840,39	99.977,31	99.977,31
68	Custos e Perdas Financeiros	(A).....	5.353.222,01		4.792.189,30
			19.296,85		10.439,05
69	Custos e Perdas Extraordinários	(C).....	5.372.518,86		4.802.628,35
			43.477,26		5.780,14
		(E).....	5.415.996,12		4.808.408,49
86	Imposto sobre o Rendimento		102.706,19		158.007,91
88	Resultado Líquido do Exercício		253.581,41		445.562,01
			5.772.283,72		5.411.978,41
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços	5.697.504,50	5.697.504,50	5.146.894,44	5.146.894,44
72	Impostos e Taxas	0,00		0,00	
(a)	Variação da Produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a Própria Entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos Suplementares	1.268,00		0,00	
74	Transferências e Subsídios Obtidos	0,00		0,00	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	1.268,00	0,00	0,00
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	(B).....	5.698.772,50		5.146.894,44
			7.423,79		0,00
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	(D).....	5.706.196,29		5.146.894,44
			66.087,43		265.083,97
		(F).....	5.772.283,72		5.411.978,41

Resumo:

Resultados Operacionais: (B) - (A);	345.550,49	354.705,14
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A);	-11.873,06	-10.439,05
Resultados Correntes: (D) - (C);	333.677,43	344.266,09
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E);	253.581,41	445.562,01

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA ILHA DE S. MIGUEL

RUBRICAS	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	5.623.331	5.023.493
Pagamentos a fornecedores	-2.587.516	-2.852.792
Pagamentos ao pessoal	-1.431.407	-1.042.471
Caixa gerada pelas operações	1.604.409	1.128.231
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	-115.598	-133.456
Outros recebimentos operacionais (a) - inclui total receitas de OT	-19.100	155.947
Outros pagamentos operacionais (b) - inclui total pagamentos OT	-3.205	-714
Outros recebimentos / pagamentos operacionais (a-b)	4.563.807	715.788
	0	0
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	6.030.313	1.865.797
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-396.896	-3.211.103
Ativos intangíveis	-75.935	-500
Investimentos financeiros	-3.885	-2.645
Outros ativos	0	0
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	29.000	28.540
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	0	0
Outros ativos	5.000	5.000
Subsídios ao investimento	0	17.525
Juros e rendimentos similares	8.960	1.322
Dividendos	0	0
Fluxos de caixa das atividades de Investimento (2)	-433.756	-3.161.861
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	1.300.000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Doações	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.388.023	-88.023
Juros e gastos similares	-19.322	-10.464
Dividendos	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-1.407.345	1.201.513
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4.189.211	-94.551
Efeito das taxas de câmbio	0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período (Saldo inicial - Orç + OT)	1.136.330	1.230.881
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Saldo final - Orç + OT)	5.325.541	1.136.330

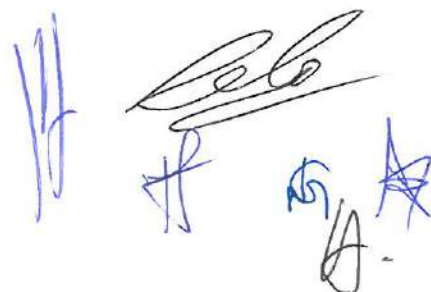
Notas:

Este mapa é apresentado em modelo previsto em SNC, tendo por isso sido derogados princípios do POICAL aplicáveis a parte das entidades que constituem o grupo público.

AMISM – Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

2019

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller initials or marks.

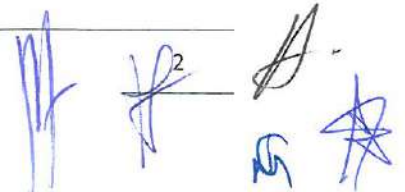
Introdução

A AMISM apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2018, com base no Artigo 75.º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro e Portaria 474/2010.

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) não contém quaisquer normas respeitantes a consolidação, pelo que optámos pela aplicação das regras de consolidação contidas no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, que transpõe para o direito interno as normas de consolidação de contas, estabelecidas na 7ª directiva (83/349/CEE), aprovada pelo Conselho das Comunidades Europeias em 13 de Junho de 1983.

O presente Anexo apresenta as notas aplicáveis ao Grupo Público, conforme previsto no Decreto-Lei nº 158/2009, assim como as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, tal como exigidas pela alínea d) do nº 7 do Artigo 75º da Lei nº 73/2013.





Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Objeto Social	% Capital	Motivo
AMISM	Rua Engenheiro Abrantes de Oliveira, 15 B, 9600-228 Ribeira Grande		---	a)
MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente – EIM, S.A.	Rua Engenheiro Abrantes de Oliveira, 15 B, 9600-228 Ribeira Grande	Desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração de sistemas de limpeza pública e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, de qualidade do ar, de desenvolvimento e inovação empresarial e de requalificação urbana e ambiental. Acessoriamente poderá exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto.	100%	b)

Motivo de inclusão no perímetro de consolidação:

- a) Entidade mãe;
- b) Entidade detida a 100% pela Associação de Municípios.

Nota 2 – Insuficiências das normas de consolidação

Não existindo normas específicas de consolidação de contas em ambiente POCAL, foram utilizadas as normas estabelecidas no Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, com as exceções indicadas na Nota seguinte.

Nota 3 – Derrogação às normas de consolidação

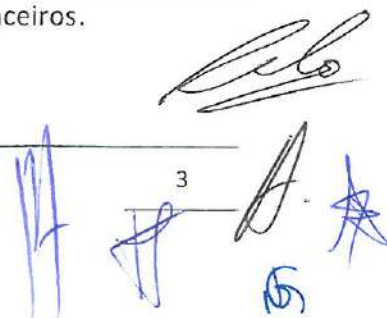
O POCAL não prevê a aplicação do método de equivalência patrimonial, mas apenas a redução da quantia escriturada quando a quantia recuperável da participada é inferior.

Nota 4 – Contabilização das participações

As participações financeiras estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que a quantia recuperável é inferior ao valor contabilístico realizam-se os respetivos ajustamentos no sentido de expressar contabilisticamente essa perda de valor.

Nota 5 – Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado

A AMISM no seu Balanço incorpora todos os compromissos financeiros.



3

Nota 6 – Critérios de valorimetria

Bens de Domínio Público

Os bens de domínio público adquiridos até 31 de Dezembro de 2000 foram valorizados pelo método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação.

Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo período de vida útil que esteja estipulado.

Imobilizações corpóreas

Bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2000:

A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou o método de mercado (conforme o descrito para os Bens de Domínio Público). Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico e, nos casos em que tal era impossível, recorreu-se a uma avaliação por comparação a bens já avaliados, com as mesmas características.

Para os bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2001 foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2019 sofreram a primeira amortização no presente ano económico.

No caso da MUSAMI-EIM,S.A. as amortizações dos bens de imobilizado são calculadas por aplicação das taxas máximas conforme previsto no Decreto Regulamentar aplicável.

É de referir que no processo de consolidação não foi realizada a harmonização de taxas aplicadas pela empresa intermunicipal com as utilizadas pela AMISM.



Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros foram contabilizados pelo custo de aquisição.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando haja um significativo risco de cobrança são efetuados ajustamentos para refletir a potencial perda.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Especialização de Exercícios

Os custos e proveitos são registados quando incorridos ou obtidos, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Nota 7 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado podem ser resumidos como segue.

5

Ativo Bruto

ATIVO BRUTO				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e abates	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	17.039			17.039
Edifícios	0			0
Outras construções e infra-estruturas	0			0
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	17.039	0	0	17.039
Imobilizações incorpóreas				
Goodwill	50.000			50.000
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.042.682			1.042.682
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras imobilizações incorpóreas	24.900			24.900
Imobilizações em curso	18.875	57.060		75.935
	1.136.457	57.060	0	1.193.517
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	3.125.385			3.125.385
Edifícios e outras construções	11.170.315	209.930		11.380.244
Equipamento básico	2.001.553	205.298	-15.138	2.191.713
Equipamento de transporte	456.193			456.193
Ferramentas e utensílios	48			48
Equipamento administrativo	297.546	14.543		312.089
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	21.199	18.379		39.579
Imobilizações em curso	205.502	168.295	-240.822	132.975
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0			0
	17.277.740	616.445	-255.960	17.638.226
Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0			0
Obrigações e títulos de participação	0			0
Investimentos em imóveis	0			0
Outras aplicações financeiras	5.849	3.885		9.735
Imobilizações em curso	0			0
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0			0
	5.849	3.885	0	9.735
Total	18.437.086	677.390	-255.960	18.858.516

Amortizações e ajustamentos

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	0			0
Bens do património histórico, artístico e cultural	0			0
Outros bens de domínio público	0			0
	0	0	0	0
Imobilizações incorpóreas				
Goodwill	9.583	5.000		14.583
Despesas de investigação e desenvolvimento	1.027.210	14.513		1.041.723
Propriedade industrial e outros direitos	0			0
Outras	25.280	302		25.581
	1.062.073	19.814	0	1.081.887
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	2.019.028	490.246		2.509.273
Equipamento básico	1.527.898	133.582	14.937	1.646.543
Equipamento de transporte	314.906	43.232		358.139
Ferramentas e utensílios	48			48
Equipamento administrativo	250.330	18.394		268.724
Taras e vasilhames	0			0
Outras imobilizações corpóreas	15.152	2.734		17.885
	4.127.362	688.187	14.937	4.800.612
Investimentos Financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras	0			0
	0			0
	5.189.435	708.001	14.937	5.882.499

Nota 8 – Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo circulante

Ativo Circulante	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cobrança Duvidosa	39.519	2.524	2.028	40.015
Total	39.519	2.524	2.028	40.015

Nota 9 – Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos

O Grupo não apresenta dívidas com um prazo de pagamento superior a 5 anos.

Nota 10 – Vendas e prestações de serviços por atividades e mercados geográficos

A totalidade das vendas e prestações de serviços, no montante de 5.697.505 euros realizaram-se no mercado interno.



Nota 11 – Situações que afetem significativamente os impostos futuros

A MUSAMI encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16,80% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente. A AMISM está isenta de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais dos últimos cinco anos poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora a empresa intermunicipal não anteveja situações que possam originar correções significativas.

Nota 12 – Remunerações atribuídas aos órgãos sociais da entidade-mãe

Não foram atribuídas remunerações certas e permanentes aos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos sociais da AMISM.

Nota 13 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Contas	Custos e perdas	2019	2018
681 Juros suportados		14.865	6.150
682 Remunerações a títulos de participação			
683 Amortizações de investimento em imóveis			
684 Ajustamentos de aplicações financeiras			
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis			
686 Descontos de pronto pagamento concedidos			
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			
688 Outros custos e perdas financeiros		4.432	4.289
Resultados financeiros		-11.873	-10.439
		<u>7.424</u>	<u>0</u>

	Proveitos e ganhos	2019	2018
781 Juros obtidos		7.424	
782 Ganhos em entidades participadas			
783 Rendimentos de imóveis			
784 Ganhos de participações de capital			
785 Diferenças de câmbio favoráveis			
786 Descontos de pronto pagamento obtidos			
787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria			
788 Outros proveitos e ganhos financeiros			
		<u>7.424</u>	<u>0</u>

8

Nota 14 – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Contas	Custos e perdas	2019	2018
691 Transferências de capital concedidas			
692 Dívidas incobráveis		143	
693 Perdas em existências			
694 Perdas em imobilizações		2.826	197
695 Multas e penalidades		33.331	1.147
696 Aumentos de amortizações			
697 Correções relativas a exercícios anteriores		1.311	72
698 Outros custos e perdas extraordinárias		5.867	4.365
Resultados extraordinários		22.610	259.304
		66.087	265.084

	Proveitos e ganhos	2019	2018
791 Restituição de impostos		13.706	
792 Recuperação de dívidas			
793 Ganhos em existências			
794 Ganhos em imobilizações		5.977	4.055
795 Benefícios de penalidades contratuais			
796 Reduções de provisões		1.034	132
797 Correções relativas a exercícios anteriores		6.466	95
798 Outros proveitos e ganhos extraordinários		38.904	260.803
		66.087	265.084

Nota 15 – Provisões para Riscos e Encargos

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Saldo Final
Outras Provisões	2.236.284	150.000	0	2.386.284
TOTAL	2.236.284	150.000	0	2.386.284

Foi reforçada a provisão constituída em 2013 para fazer face ao custo estimado com a selagem da 2ª célula do Aterro Sanitário da Ilha de S. Miguel.

Mantém-se a provisão para processos judiciais em curso na AMISM, constituída em 2018, relacionada com processos com a Autoridade Tributária no âmbito do IRC.

Nota 16 – Outras informações exigidas por diplomas legais

Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações ao exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações ao exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	6 = (2+3) - (4+5)	(2)	(3)	(4)	(5)	6 = (2+3) - (4+5)
Transferências e Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações comerciais	241.888,00	30.302,40		62.190,40	210.000,00	-241.888,00	-30.302,40		-62.190,40	-210.000,00
Particip. Do capital em numerário	0,00				0,00	0,00				0,00
Particip. Do capital em espécie	0,00				0,00	0,00				0,00
Outros	502,00				502,00	-502,00				-502,00
Total	242.390,00	30.302,40	0,00	62.190,40	210.502,00	-242.390,00	-30.302,40	0,00	-62.190,40	-210.502,00

Nota 17 – Outras informações

Acontecimentos subsequentes: Os impactos negativos decorrentes do surto COVID 19 não implicam qualquer ajustamento às demonstrações financeiras consolidadas apresentadas.

Esses impactos incidirão, não só sobre a economia nacional e mundial, mas também sobre a atividade do Grupo durante o ano 2020.

Consideramos, contudo, que os eventuais impactos sobre a atividade do Grupo não colocam em causa a continuidade das operações, nem é possível, na presente data, estimar os efeitos da pandemia no Grupo.

10

